

O termo *projeto*, do latim *projectu*, “lançado para a frente”, tem relação com *projeção*, isto é, previsão de uma situação futura. Existem diferentes formas de se pensar o futuro. Quando o pensamos em termos de probabilidades, buscamos responder à pergunta “O que será?”. Outra percepção refere-se à expressão *pode ser*, quando nosso pensamento busca ver o que é efetivamente realizável, o que responde às nossas esperanças e desejos expressos pelos nossos sonhos.

Essas diferentes formas de pensar dialogam com a concepção de um projeto. Ao nos depararmos com uma situação de degradação ou de carência, desperta em nossa mente uma espécie de utopia, ou seja, o sonho de realizar transformações naquilo que afeta negativamente certa comunidade ou região. Os sonhos e as utopias podem servir como semente vigorosa em terra árida, como germe de uma melhoria. Levando em conta que *desenvolver* pode ser interpretado, etimologicamente, como a negação ou inversão (*des-*) da situação daquilo que está *envolvido*, moldamos nossa esperança de melhoria por aquilo que *pode ser*, dentro dos limites dos recursos de que dispomos ou que procuramos obter. É preciso, porém, planejar os passos, desde a semente até a colheita, para assim se produzirem bons frutos e sementes de renovação. É esta a matéria-prima de um projeto. Em sua construção, no detalhamento das fases e etapas, descortina-se *como serão* realizadas as ações pertinentes.

Os projetos de desenvolvimento continuam sendo hoje os principais instrumentos para se promoverem processos de melhorias sociais, econômicas e socioambientais. O financiamento de tais projetos assumiu especial relevância sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, quando as iniciativas de reconstrução tiveram que contar com financiamentos privados e públicos.

Ao longo deste período, ocorreram algumas transformações, pois os objetivos, que estavam centrados na reconstrução, passaram a ter como foco a redução da pobreza. Da mesma forma, os instrumentos de controle da eficácia e eficiência evoluíram, de uma visão restrita ao aspecto custo/benefício, para

uma perspectiva voltada a processos multidisciplinares, participativos e com ênfase na aprendizagem.

Tal evolução fez com que adquirisse maior relevância a elaboração de projetos, especialmente daqueles relativos a instrumentos de monitoramento e avaliação. Diversos fundos públicos e agências de cooperação internacional carecem de oferta de bons projetos para realizarem seus investimentos.

Por isso, os conteúdos desta publicação adquirem importância fundamental na formação de profissionais que sejam aptos a desenvolverem as habilidades e capacidades necessárias para que os projetos por eles concebidos sejam criativos, tenham consistência, coerência interna e adequação aos objetivos que eles se propõem atingir e à realidade em que desejam intervir.

A segunda edição do presente manual foi concebida com o intuito de ampliar a abrangência do tema central – PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS –, não o restringindo mais ao âmbito do desenvolvimento rural, razão pela qual foi suprimido, no título, o segmento PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL. O manual oferece a alunos de diversas formações ferramentas conceituais e operacionais que lhes permitem pensar, propor e analisar projetos de desenvolvimento. A sequência das Unidades proporciona-lhes a oportunidade de acompanhar todos os passos da elaboração de um projeto. Existe, porém, um princípio de ordem geral que cabe salientar preliminarmente. O ponto de partida de um projeto bem elaborado é saber o que se quer. E o que se quer passa a tornar-se claro na formulação dos objetivos e da justificativa. Estes são os primeiros passos para que o projeto venha a formar um todo coerente, em que todos os componentes estejam harmonicamente articulados.

Três dos autores da segunda edição, Alberto Bracagioli Neto<sup>1</sup>, Ivaldo Gehlen<sup>2</sup> e Valter Lúcio de Oliveira<sup>3</sup>, assumiram a tarefa de organizar conjuntamente esta edição, adaptando e atualizando as Unidades que compunham a edição original, instaurando parcerias entre autores de várias Unidades, além de darem espaço a conteúdos novos, entre os quais cumpre ressaltar o texto da

---

1 Doutor em Desenvolvimento Rural pelo PGDR-UFRGS. Professor Adjunto da Faculdade de Agronomia da UFRGS.

2 Doutor em Sociologia pela Université de Paris X, França. Professor Titular do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS e dos Programas de Pós-Graduação em Políticas Públicas e em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

3 Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA – Universidade Federal do Rio de Janeiro); Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Sociologia e Direito da UFF.

Unidade 5, de autoria de Daniela de Oliveira<sup>4</sup>.

A Unidade 1 percorre a trajetória dos projetos de intervenção e desenvolvimento, define suas diversas concepções e caracteriza diferentes formatos de projetos: projeto social, projeto de pesquisa e projeto técnico.

A Unidade 2 aborda os elementos essenciais para a elaboração do projeto: sua estrutura básica, seu conteúdo e seus componentes. Enuncia-se o conceito de diagnóstico, suas funções, seus princípios e as principais ferramentas necessárias à sua aplicação.

A Unidade 3 concentra-se no tema da metodologia do projeto. Expõe-se o conceito de metodologia e estabelece-se uma distinção entre metodologias tradicionais, com destaque para o Marco Lógico e o método ZOPP, e inovações metodológicas.

A Unidade 4 concentra-se na apresentação dos sistemas de monitoramento e avaliação. São descritos os passos para a construção de um sistema de monitoramento e avaliação e de construção dos indicadores. Por fim, é focado o Mapeamento de Mudanças Alcançadas.

A Unidade 5 desenvolve a temática dos recursos, do orçamento e do cronograma do projeto; indica-se como os poderes públicos e as entidades financiadoras estabelecem seus fluxos e apontam-se os procedimentos para a obtenção de recursos, privilegiando aqueles a serem repassados aos municípios.

A Unidade 6 expõe princípios norteadores para a elaboração de relatórios. Após a descrição das características gerais do relatório, apresenta-se sua estrutura básica, conceituando e orientando a construção das diferentes partes e itens que o compõem.

Para os gestores, o instrumental aqui disponibilizado é de capital importância, uma vez que a formatação de projetos tem sido o mecanismo básico mediante o qual se obtêm financiamentos para iniciativas de desenvolvimento. As inúmeras demandas fizeram com que recursos financeiros de fundos públicos viessem a ser disponibilizados através de projetos, abertos e acessíveis a organizações da sociedade civil. Também no âmbito da responsabilidade social e ambiental, organizações públicas e privadas vêm disponibilizando incentivos financeiros por via de editais. Inúmeras fontes de financiamento clamam por bons projetos e necessitam de gestores aptos a implementá-los.

### *Os Organizadores*

---

<sup>4</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural pelo PPG em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte.